

Greve chega ao fim

Vanessa Marques e Lúcia Leal

Os policiais civis do DF encerraram ontem, às 18h, a greve que durou dez dias e deixou a população da cidade exposta à criminalidade. A decisão foi tomada em assembléia, em frente ao Congresso Nacional, após a garantia dada pelo deputado federal Wasny de Roure (PT-DF) de que a medida provisória, que garante a categoria um reajuste salarial entre 5% a 38,86%, seria assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A assinatura foi feita por volta das 21h e, segundo o Palácio do Planalto, a MP seria publicada, ontem mesmo, em edição extra do Diário Oficial da União. O presidente Lula assinou também outras cinco MPs que concedem reajustes a servidores federais, beneficiando, no total, 1,5 milhão de funcionários públicos.

O deputado Wasny de Roure, o comando de greve da Polícia Civil e técnicos da Secretaria de Gestão Administrativa passaram o dia negociando a assinatura da MP e tentando evitar que o novo texto diminuísse a remuneração da categoria. Isso porque, na noite de quarta-feira, o governo federal anunciou que havia alterado a matéria, acrescentando a reestruturação salarial da categoria para acatar um parecer da Advocacia Geral da União (AGU).

A mudança pegou o comando de greve e o GDF de surpresa. Na quinta-feira, a governadora Maria de Lourdes Abadia encaminhou um ofício ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo Silva, solicitando que o texto original fosse mantido. Porém, o governo federal não cedeu e ameaçou não assinar o reajuste ontem, — último dia para concessão de reajustes — caso o subsídio fosse retirado da matéria.

Diante da sinalização, o comando de greve resolveu acatar a determinação do Pla-

nalto. O presidente licenciado do Sindicato da Polícia Civil do DF (Sinpol), Wellington Souza, enviou a secretária de Gestão Administrativa, Cecília Landim, um documento concordando com o posicionamento. "Não tínhamos saída. É melhor aceitarmos isso, do que ficarmos sem aumento", destacou.

Com a mudança, a remuneração dos policiais civis passa a ser em forma de subsídio, nos mesmo moldes da Polícia Federal. As gratificações serão incorporadas ao subsídio, que servirá de referência para os reajustes. A alteração, segundo o Planejamento, está prevista no artigo 144, parágrafo 9º, da Constituição Federal.

Os policiais civis receberam aumento entre 5,47% a 38,86%. O maior percentual será aplicado sobre a remuneração de um delegado, em final de carreira, que passará a receber o subsídio de R\$ 15.391. Um agente receberá entre R\$ 6,2 mil (terceira classe) a R\$ 9.539 (veja quadro). O aumento será pago a partir de setembro próximo. Essa foi a principal perda da corporação que, pelo texto original, teria o reajuste retroativo a março.

■ PM e bombeiros

A MP garante também aos policiais militares e bombeiros do DF aumento entre 19% a 31%, divididos em duas parcelas. A primeira será paga em julho, por meio de uma folha suplementar, de acordo com a secretária Cecília Landim, retroativa a março. A segunda sai na folha de setembro.

Wasny de Roure criticou a modificação do texto da MP. "Estamos inseguros porque não sabemos os impactos disso na história funcional da polícia", disse. Para o presidente do Sinpol, Ciro Freitas, a alteração não traz prejuízos aos policiais. "A criação do subsídio não é aquele bicho todo. Não há o que temer com a mudança", ressaltou.

CRISTIANO MARIZ



■ DEPOIS DE DEZ DIAS DE PARALISAÇÃO, CATEGORIA FEZ ASSEMBLÉIA EM FRENTE AO CONGRESSO E CONCORDOU COM A VOLTA AO TRABALHO